

RODRIGUES, Aldair; MAIA, Moacir (orgs.) (2023). *Sacerdotisas voduns e Rainhas do Rosário: mulheres africanas e Inquisição em Minas Gerais (século XVIII)*. São Paulo: Chão Editora, 192 pp., ISBN: 978-65-80341-12-2.

No curso das duas últimas décadas, os estudos no campo da História da África e da Cultura Afro-brasileira passaram por uma notável expansão, evidenciando que a forte presença africana no processo de formação histórica do Brasil não se limitou apenas à existência de um amontoado de escravos¹. Por outro lado, é indiscutível que a escravidão, enquanto uma das nossas experiências mais longevas e indeléveis, constituiu um elemento decisivo na configuração social e nas relações de poder que estruturaram a realidade brasileira, historicamente atravessada por contradições socioeconômicas, hierarquias, desigualdades e intolerâncias. Produto desse duplo olhar, atento ao nosso passado escravista e também africano, *Sacerdotisas voduns e Rainhas do Rosário*, obra organizada por Aldair Rodrigues e Moacir Maia, procura reconstruir fragmentos de trajetórias de vidas e experiências culturais e religiosas de mulheres africanas, provenientes da Costa da Mina, que viveram na capitania de Minas Gerais durante o século XVIII. Através da utilização de um precioso conjunto documental, formado por denúncias feitas ao Tribunal da Inquisição de Lisboa contra sacerdotisas africanas praticantes da religião vodum, os autores mostram como o processo da diáspora africana esteve intimamente atrelado a um cenário de perseguição, violência e racismo religioso.

O livro está dividido em duas partes. Na primeira, temos a reprodução de cinco autos de denúncias descobertos nos códices do Tribunal da Inquisição, sob guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. É importante destacar que, além do desafio da localização dessas fontes, dispersas num emaranhado de manuscritos do Santo Ofício, os autores tiveram ainda de transcrevê-las, lidando com papéis carcomidos pela deletéria ação do tempo e com uma escrita nem sempre fácil de ser paleografada. Esses documentos, remetidos para a capital do Reino pelos agentes inquisitoriais que atuaram em Minas Gerais, procuram dar conta do envolvimento principalmente de mulheres de origem africana, libertas e escravas, nas práticas de rituais e cultos religiosos que remontavam à sua terra natal, sendo interpretadas, por isso,

¹ O aumento dessa produção historiográfica situa-se no contexto da promulgação das leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, responsáveis por instituir a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena nos currículos escolares brasileiros. Evidentemente que tal legislação é produto das demandas e das lutas históricas de diversos setores e movimentos sociais brasileiros. Para uma apreciação mais detalhada sobre isso, cf. *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais* (2010). Ministério da Educação do Brasil (ed.). Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

como desviantes e contrárias à ortodoxia do catolicismo, a religião oficial do Império português. Um escrutínio atento e crítico dessa documentação – ou, se preferirmos, uma leitura a contrapelo, como chamam a atenção Rodrigues e Maia – implica considerar as circunstâncias da sua produção, marcada por uma perspectiva eurocêntrica que demonizava as práticas religiosas africanas e situava as denunciadas e seus asseclas numa posição de fragilidade frente ao aparelho repressivo colonial português.

Entre os casos apresentados, está o de Ângela Maria Gomes, preta forra, de nação Courá, moradora na freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira, Comarca de Vila Rica, acusada em 1760. Segundo o depoimento das testemunhas, a africana era uma feiticeira afamada, responsável por promover na sua casa calundus horrendos, donde se podia escutar algazarras que emanavam sons de roncões de porcos, cacarejos de galinhas, relinchos de cavalos e trombetas infernais. Além de organizar o ajuntamento de muitos negros nesses rituais, Ângela tinha, segundo os depoentes, fama pública de realizar malefícios a diversas pessoas, tendo sido vista a desencovar um defunto no adro da matriz, dançando nas noites de lua cheia em volta de uma árvore da gameleira e enterrando uma panela com os seus trabalhos. A despeito do seu envolvimento nessas práticas, a mesma denunciada aparece num documento da Irmandade do Rosário dos Pretos de Itabira, datado de 1772, também transcrito no livro pelos organizadores, como Rainha do Rosário, posto que ocupara nos anos 1751/1752. A atuação em cargo diretivo nessa confraria católica, conforme demonstra o manuscrito, revela o estreito envolvimento de Ângela Gomes como incentivadora e patrocinadora dos festejos em devoção a Nossa Senhora do Rosário.

As questões centrais relativas à análise desse e dos outros casos emergem na segunda parte do livro, integrada pelo seu belo e instigante posfácio. Segundo Aldair Rodrigues e Moacir Maia, a vigilância repressiva promovida pela Inquisição às religiões africanas e às crenças consideradas dissidentes esteve presente em todos os níveis daquela sociedade, do mais local, representado pela atuação dos familiares do Santo Ofício e das visitas e tribunais episcopais, até o outro lado do Atlântico, onde estava sediada a jurisdição inquisitorial, responsável por punir as heresias. Embora os documentos apresentados constituam apenas denúncias contra mulheres praticantes de religiões africanas, que não chegaram a ser processadas nem tampouco sentenciadas, não podemos perder de vista o alcance da violência a que foram submetidas, tendo sofrido perseguições, prisões e a destruição de seus locais de culto. Tais espaços, por exemplo, muitas vezes invadidos e completamente desmantelados pela ação das figuras dos capitães do mato, refletiam uma potencial ameaça ao controle social dos escravos e libertos, pois além de afrontarem a doutrina católica, eram territórios de autonomia para os negros, onde poderiam tecer e solidifi-

car vínculos de solidariedade, falar as suas línguas de origem e venerar os seus deuses.

O grande deslocamento demográfico promovido pelo tráfico atlântico de escravos trouxe às terras de Minas Gerais, pelo menos até a primeira metade do século XVIII, um expressivo contingente de povos provenientes de áreas voduns da África Ocidental, como dos reinos de Uidá, Aladá e do Daomé. Aqui aportando na condição de cativos, esses indivíduos procuraram reconstruir suas vidas, ressignificar os seus vínculos sociais e recriar a sua bagagem cultural e religiosa dentro do que lhes foi possível. Vemos, no caso das mulheres, o seu destacado papel nas atividades mercantis de pequena monta, como as vendas de tabuleiro e as bancas volantes, e a sua ativa participação na organização e liderança dos cultos africanos, comprovando uma patente ligação com as experiências passadas vivenciadas em África. Especificamente no campo religioso, os voduns, cuja definição poderia referir-se tanto à religião, quanto às divindades e forças invisíveis, tinham a importante função de promover a comunicação entre os mundos visível e invisível, garantindo proteção e assistência espiritual àqueles que os cultuavam. Estavam geralmente associados a elementos da natureza, como o vodum da serpente (Dangbé), representado nalguns artefatos apreendidos e descritos numa das denúncias transcritas no livro, e o vodum da árvore da gameleira (Loko), em volta da qual Ângela Gomes realizava alguns dos seus rituais.

Por mais que dos registros das denúncias inquisitoriais sobressaia um olhar preconceituoso e estereotipado sobre as práticas religiosas africanas, nas entrelinhas desses documentos é possível identificar, conforme muito bem demonstram os autores, uma riqueza de informações relativas ao universo simbólico e material que conformava a cosmovisão e as experiências espirituais dos povos oriundos da Costa da Mina que viveram nas freguesias e arraiais das Gerais. O ponto alto do livro, a nosso ver, reside em demonstrar que as religiões africanas que se desenvolveram no contexto colonial não estavam isoladas nem se opunham às devoções e crenças católicas. As sacerdotisas voduns, muito antes pelo contrário, estabeleceram um estreito trânsito e uma coerente interação entre os elementos da espiritualidade africana e da fé católica. Naturalmente, não se tratava de um sincretismo simplificador e reducionista, uma vez que essas personagens procuraram construir as suas experiências religiosas nesses dois mundos de acordo com os seus próprios termos, vivenciando-as de uma forma plena e que lhes fizesse inteiro sentido. Tal foi o caso da forra Ângela Gomes, sacerdotisa vodum e Rainha do Rosário, e o das integrantes da casa de Acotundá, em Paracatu – denúncia transcrita e analisada pelos autores –, que disseram terem introduzido o seu deus, trazido da Terra de Courá, após terem pedido a benção e a autorização de Nossa Senhora do Rosário.

Num cenário marcado por constantes interações culturais e étnicas como

o produzido pelo movimento afrodiaspórico, vemos que a religião dos voduns se caracterizou por uma dinâmica fluida, cuja lógica admitia e até favorecia a incorporação de novos elementos. Aliás, esse processo tinha a finalidade de reforçar o contacto com o sobrenatural, garantindo maior proteção e a abertura dos caminhos no âmbito da existência telúrica. A adoção de uma perspectiva africana na leitura dos documentos permitiu a Aldair Rodrigues e Moacir Maia alegarem que “a ideologia ou a ortodoxia ou a defesa de uma fé pura não era um valor” (p. 127) para a grande maioria dos povos africanos. Desse modo, “orar, cantar, dançar e dar de comer ao vodum ou honrar Nossa Senhora do Rosário não era visto como contraditório, e sim como parte do universo religioso dinâmico, aberto e agregador de sua terra natal” (p. 136).

Essa visão e sensibilidade, como vimos, estava completamente ausente da mentalidade dos colonizadores e do poder inquisitorial. Tal como parece estar ausente de diversos segmentos da nossa atual sociedade, que lamentavelmente insistem na perseguição e na violência contra as religiões de matriz africana². Estamos convictos, portanto, que enquanto livros como aquele que apreciamos com este texto continuarem a ser produzidos, pretendendo entender e explicar a complexidade do nosso passado escravista e africano, o ofício do historiador não será exercido em vão.

BRUNO MARTINS DE CASTRO

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História,

brunomartinsdecastro@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0005-7211-751X>



² Referimo-nos aqui especificamente ao caso, amplamente veiculado na mídia impressa, televisiva e *on-line* brasileiras, de Mãe Maria Bernadete Pacífico, ialorixá e líder quilombola, brutalmente assassinada em 17 de agosto de 2023, no quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho, região metropolitana de Salvador.